

A dimensão utópica do relato histórico

Ricardo Japiassu

“A cátedra não existe nem para os demagogos
nem para os profetas”.
Max Weber

O trabalho acadêmico *Ensaio de Teoria da História*, contido na obra *Educação Multiculturalismo & Globalização* – Editora Livro Rápido, 2004 – autoria do professor da Universidade Federal de Pernambuco, Michel Zaidan Filho, aponta novo olhar à perspectiva do estudo da ciência da história. Logo na introdução, o escritor lembra que, anteriormente, os estudiosos da matéria entendiam-na tal simples relato dos principais acontecimentos do passado. No entanto, com o avanço do pensamento científico e da metodologia da pesquisa, pode-se esclarecer sobre a representação discursiva dos fatos que já se tinham ocorrido. Isto porque a crítica moderna passou a se perguntar, nas palavras do ensaísta: “O que faz uma boa narrativa histórica?”

Esta pergunta se responde com bastante simplicidade, pois que surge, em meados do século XIX, a verdadeira crítica da razão histórica, questionadora, por sua vez, das vertentes naturalistas que norteavam o pensamento da ciência da história. Tinha-se, porém, uma justificativa: as ciências humanas encontravam nas ciências naturais o seu modelo. No ensaio, o autor explica que a reação ao naturalismo partiu da escola alemã, mais precisamente do pensador Wilhelm Dylthey, que propôs a separação radical entre as ciências naturais e as hermenêuticas – estas preocupadas em estabelecer o significado da experiência humana em todas as épocas.

Neste ponto da resenha, podemos fazer um paralelo com pensamento – já no século XX – transcrito pelo filósofo italiano Noberto Bobbio, no livro *O Futuro da Democracia*. “Representar significa tornar visível e tornar presente um ser invisível mediante um ser publicamente presente. A dialética do conceito repousa no fato de que o invisível é pressuposto como ausente e ao mesmo tempo tornado presente”. Ainda no curso de um pensamento mais livre, reescrevo trecho de um poema do autor português Fernando Pessoa, contido no ensaio *Ensaio de Teoria da História*:

“-Ah! Quem escreverá a história do que poderia ter sido?

Será esta, se alguém a escrever, a verdadeira história da humanidade.

O que há é o mundo verdadeiro e não nós.

Somos quem nos supusemos ser e nunca conseguimos.”

Texto fragmentado em partes, apresenta como tarefa do historiador a de salvar a história, incluindo aqui as esperanças e anseios, ou seja, os pensamentos, a intimidade dos nossos antepassados. Trata-se de uma tarefa de recompor, de buscar significações ao discurso escamoteado, ao longo do tempo, pelos dominantes. Assim sendo, as investigações modernas sobre as origens do discurso histórico começa exatamente pelo debruçar-se sobre o mito: com certeza a primeira forma de representação discursiva da realidade, mesmo guiada pela fantasia e pela imaginação. “Como representação do mundo, o mito é um relato alegórico, de caráter fundador, extemporâneo, associado a ações sobre-humanas e despojadas de uma racionalidade lógica”, transcreve Zaidan.

Na qualidade de Oblato do Mosteiro de São Bento de Olinda, lendo a edição de 2002 da Bíblia de Jerusalém - Editora Paulus, no prefácio ao Pentateuco, encontrei a significativa citação: “Por outro lado, os ‘mitos’ ou relatos de origens, têm normalmente caráter etiológico: tais relatos fornecem uma resposta às grandes questões da existência humana no mundo; por meio dessas narrativas, dá-se uma resposta a questões como a da origem do pecado ou do sofrimento humano. O que se diz sobre este passado distante oferece uma explicação à nossa situação atual”. É possível se aferir que até mesmo os estudos religiosos revisaram a sua posição ante a ciência da história.

De fato, na modernidade, não se percebe mais a história sem o pensamento de quem a faz, de quem a realiza. A ideia, o sentimento, a vida íntima e privada fazem parte, hoje, de um conjunto rico e diversificado que constituem o pensamento. A história moderna não poderia se fazer de outra forma, acontecendo mediante uma arma mediadora: a linguagem. Desta forma, pode-se dizer que ler hoje a história é compreender os vários níveis de significação dos seus relatos, dos primórdios à

contemporaneidade, problematizando os significados aparentes ou manifestos dos textos – isto para os relatos escritos. E quanto aos relatos orais? Como as faz a história?

Partindo deste argumento, deste pressuposto específico, toda interpretação da história é situada, sem prescindir de um determinismo histórico, que condena a ler o mundo como extensão e circuncisão da nossa própria época, de forma fechada e redonda. Sabendo que nossa mentalidade não se encontra circunscrita em era restrita, pelo contrário, compreende a vastidão do pensamento das demais antecedentes, pode-se vislumbrar um porvir mais iluminado e cheio de esperança. Assim, recorro ao alemão Axel Honneth, no seu livro **Luta por Reconhecimento**: “[...] Um sujeito sempre virá a conhecer, ao mesmo tempo, as partes de sua identidade inconfundível e, desse modo, também estará contraposto ao outro novamente como um particular”.

Na minha experiência em particular como jornalista graduado, e doutor em letras, no que tange à linguagem, não poderia deixar passar em branco este ponto que considero fundamental. Na visão crítica do professor Michel Zaidan, a linguagem implica tanto na admissão da natureza cultural e linguística do mundo histórico, quanto do relativismo histórico da posição do historiador. Portanto, encontramos, nesta ciência, um intermediador fundamental, pois que explica os episódios, revela os fatos, elucida os pensamentos: sombrios, profundos, misteriosos. Há também de se observar o diálogo com as demais ciências. Eis a psicanálise, revelando as facetas do inconsciente.

Mais adiante – após conceituar mimesis: imitação, reprodução, reflexo da realidade – já tratando de alegoria, diz que, mesmo sob o suporte de uma linguagem difícil e laboriosa, induz a uma multiplicidade de sentidos e significações, gerando, portanto, ambiguidade. A ambiguidade, por sua vez, tem o caráter bastante destrutivo, pois impede o conhecimento real dos fatos históricos, tornando-se, assim, uma arma dos vencidos, tal transcreve Zaidan: “Sou quem falhei ser”. Assim, a mimesis moderna procura dar conta de uma experiência humana fragmentada cuja representação, a priori, pode beirar as raias do absurdo, exigindo do leitor, muitas vezes, outra forma de interpretação. Perguntamo-nos: E qual seria esta interpretação?

Retomando o tema da alegoria, uma forma de representação alegórica da realidade é a brincadeira. A razão lúdica se aplica em atribuir sentido à natureza. “Brincar é fazer de conta, é simular, é mudar simbolicamente o mundo e o curso da realidade, transformando, desta forma, a realidade através da utilização criativa das palavras e gestos”, transcreve Zaidan. Podemos aqui acrescentar o pensamento de Axel Honneth: “O desenvolvimento da identidade pessoal de um sujeito está ligado fundamentalmente à pressuposição de determinadas formas de reconhecimento por outros sujeitos; pois, com efeito, a superioridade da relação interpessoal sobre a ação instrumental consistira manifestamente em que ela abre reciprocamente para os sujeitos comunicantes a possibilidades de se experienciar em seu parceiro de comunicação como o gênero de pessoa que eles reconhecem nele a partir de si mesmo”.

Voltando à questão da linguagem, assevera-se que a teoria da história pode ser pensada similarmente à teoria da linguagem, desde que esta ciência seja tomada como representação discursiva. A linguagem agindo no lugar de medianeira de inter-relação entre o homem e a realidade, comunica sobre o mundo. Resultando, temos que a teoria da história requer uma teoria dos atos da fala, tornando-se, claro, porém, que falar é agir simbolicamente. Desta forma, pode-se conceber que o discurso do historiador também é uma montagem, nada mais nada menos que uma reconstrução da realidade paritária à verossimilhança. Isto é, o mais próximo possível do real. Não mais o real concreto e absoluto. Todavia, aquilo que a ele se assemelha.

De forma bastante lírica, o ensaísta destaca o papel do historiador similar ao do poeta da linguagem historiográfica, pois que elaboraria outra história, “ou liberar as ruínas, através do choque”. Desta forma, a tarefa do historiador é adotar uma interpretação de sentidos reconstrutiva – portanto, o mais objetiva possível – da história, fazendo justiça às esperanças tanto dos dominantes, quanto dos dominados, reconhecendo em ambas partes do mundo: da história. Como diz Alex Honneth, no seu livro ***Luta por Reconhecimento***: “É só a violação daquelas relações primeiras de reconhecimento por diversas formas de luta, representadas em seu todo como uma etapa intermediária sob o título de ‘crime’, conduz a partir daí a um estado de integração social, concebível como uma relação orgânica de pura eticidade”.

Interfaces da Literatura e História – Muito bem retomada pelo professor Michel Zaidan, a palavra mimesis – de origem grega - significa também representação da realidade. Por sua vez, imitação da natureza, da vida, bem como das ações humanas. Conclui-se, então, que toda a cultura humana se baseia no trabalho, na linguagem, ou na imitação do ser. Com a crise do pensamento iluminista, o que o ensaísta denomina elegantemente de “crônica histórica”, abriu-se um sério questionamento a suposta neutralidade da história, que passou a ser vista na qualidade de epopeia do vencedor. Passou-se a perguntar: Onde caberia contar a história dos vencidos? Quebra-se a ditadura dos fatos em prol da busca de uma nova verdade.

Daí os estudos da história adentrarem-se pela linguagem: para que a narrativa ganhasse o direito de ser uma representação recreativa ou transformadora do mundo. De forma ainda mais poética, Michel Zaidan resolve a questão: “Da plurivocidade da linguagem, de qualquer linguagem, incluindo a do historiador. A exuberância do sentido ou dos sentidos em cada frase, cada palavra, cada expressão. Segundo essa característica estaria intimamente associada ao inacabamento ou inconclusão essencial de toda experiência humana”. Pode-se conceber, então, que toda forma de leitura é uma interpretação, atribuição de sentidos, recriação de sentidos pelo leitor. Vale aqui um comentário: “A história dos possíveis, do que poderia ter sido e – ainda – não foi”.

No que tange à história – de todos: dominadores e vencidos – concluindo esta resenha, faço minhas as palavras de Norberto Bobbio: “No que diz respeito às modalidades de decisão, a regra fundamental da democracia é a regra da maioria, ou seja, a regra à base da qual são consideradas decisões coletivas – e, portanto, vinculatórias para todo grupo – as decisões aprovadas ao menos pela maioria daqueles a quem compete tomar a decisão”. Assim sendo, cada um de nós é portador da história, tem uma história por e para contar, brincantes ou não, é, desta forma, partícipe do universo.